

O perigo das nações estanques

21 FEV 1966

O maior risco a que se expõe qualquer nação que se pretenda democraticamente organizada é o desaparecimento do anseio ou idéia de um futuro coletivo, se assim se pode dizer. No momento em que uma coletividade pensa seu futuro segmentadamente, inspirada por ambições de grupos — as quais, por representarem parcela do todo, só serão admitidas se impostas —, a nacionalidade conhece grave abalo em seus princípios constitutivos. Daí a importância da advertência feita há dias pelo sr. Aureliano Chaves. As palavras do ministro das Minas e Energia, reproduzidas em nossa edição de terça-feira última, alertam para o fato de o Brasil estar deixando de ser uma nação para “transformar-se numa corporação” em que valores culturais, passado comum, vontade de construir um futuro coletivo, nacional, cedem lugar ao egoísmo de grupos sociais ou categorias profissionais voltadas exclusivamente para os seus interesses imediatos. Essas palavras, carregadas de gravidade, só não interessam a aqueles que, voluntariamente, deixaram de preocupar-se com os destinos do País. Na verdade, esta estranha metamorfose, que destrói o interesse coletivo em nome da perspectiva de vantagem para grupos, ainda cobrará seu preço, principalmente às gerações futuras.

Nesse quadro, não se deverá culpar com exclusividade a Assem-

bléia Nacional Constituinte. Sem dúvida, o espaço político em que se deveria administrar os conflitos, tendo em vista as aspirações nacionais, transformou-se em arena de luta de interesses inconciliáveis. Ocorre que cada um destes se organizou constituindo-se em grupo de pressão. Ora, para eles, nesta quadra conturbada da vida nacional, não há soluções negociadas para os problemas brasileiros, mas apenas ostentação de músculos e demonstrações de força — para uns da “massa”, para outros, da “fortuna”, para outros ainda das “amizades certas”, todos na verdade expondo a mesma característica: o egocentrismo de suas reivindicações.

Não seria necessário repetir, mas é bom que se diga que a convivência democrática é, antes de tudo, a administração do conflito que é inerente à convivência humana. Todavia, como pensar em administração de conflitos quando vivemos a hora da CGT, da UDR, da CNBB, da CUT, do Centrão, do MUP e uma série interminável de siglas que, no dizer do ex-vice-presidente da República, constituem “nações estanques”, apegadas a uma única forma de ação política: a imposição de suas soluções? Não será com este espírito que o País encontrará o “bom caminho” mencionado nas Sagradas Escrituras; a ausência de ambições coletivas constrói exclusivamente o desconhecido, que bem

poderá ser a sepultura sem glória da “plantinha para” de que uma vez falou Octávio Mangabeira.

São muitos os que fazem sua a conhecida frase de Osvaldo Aranha: “O Brasil é um deserto de homens e de idéias”. Que argumentos opor a esta máxima pessimista, quando o ministro da Marinha, profissional por excelência, obriga-se a romper o seu silêncio de observador para repetir, quase pedagogicamente, que fora das “instituições” não há saída, e que interesses pessoais ou de grupos devem ser relegados a segundo plano, “principalmente quando se chocam com os da sociedade brasileira”? Qual o brasileiro medianamente informado que não observou a quantidade de lobbies, que assediavam os constituintes? Mesclavam-se o dos empresários, o dos sindicatos, o das Polícias Militares e o da Polícia Civil, o das Forças Armadas, o das minorias, e aquele dos defensores da pena de morte, todos procurando fazer valer seus “argumentos” sem maior atenção aos meios, uma vez que os fins é que justificavam a existência da nova profissão: o lobbista! Não foi, assim, o lobby mais eficiente aquele que buscava garantir a reserva de mercado para a profissão de jornalista, acenando com a ameaça de colocar os adversários no *index* da classe, ou seja, nunca mais citar o nome do deputado herético? Eficiente foi, como se sabe, tal ameaça! Verdade

seja dita, a sociedade brasileira passou a tornar-se corporativa bem antes desta Constituinte; além das profissões que põem em risco a vida, já não havia “reserva de mercado” para o exercício profissional dos músicos, dos pedicures, dos sociólogos, das manicures, dos jornalistas, das massagistas, entre tantas outras?

É este espírito corporativo — que já existia e só foi formalizado pela Constituinte —, em si mesmo desagregador do espírito nacional, que empresta contornos de extrema gravidade à advertência final da entrevista do ministro das Minas e Energia: mantido tal espírito corporativo, o grande confronto virá depois da promulgação da nova Carta: será inevitável a desagregação nacional, porquanto a “corporação” que perder se sentirá desobrigada à obediência. Chegará então a hora daqueles que, na imagem correta do almirante Sabóia, procuram sempre soluções “fora da rota democrática”. Diferentes não foram as palavras do senador José Richa, no carnaval, ao pedir que se controle a exacerbação das “reivindicações corporativistas”. Tal como ocorreu a Pedro, são três os avisos; procedem de vozes distintas, mas dotadas de autoridade e conhecimento de causa suficientes para merecerem a atenção dos homens com poder de decisão. Resta saber se serão ouvidos.